



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

006. PROVA OBJETIVA

AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas, e o caderno de prova discursiva.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e discursiva é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição das respostas definitivas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida 1 hora do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova discursiva, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia a tira.



(Fernando Gonsales, Niquel Náusea. *Folha de S.Paulo*, 24.11.2022)

A galinha do terceiro quadrinho foi reprovada pelo produtor porque as suas competências

- (A) são as mesmas das demais galinhas quanto à alimentação e produção.
- (B) revelam a intenção dela de se impor e comandar o local de trabalho.
- (C) divergem das demais galinhas e desfavorecem o trabalho pretendido.
- (D) sugerem uma situação de trabalho fomentada pela competitividade.
- (E) demonstram a sua preparação para botar muitos ovos comendo menos.

Leia o texto para responder às questões de números 02 a 07.

Custo do desemprego de longo prazo

A redução contínua da taxa de desemprego e a recuperação persistente da renda real média obtida pelas pessoas ocupadas são os indicadores mais marcantes da melhora notável do mercado de trabalho nos últimos meses. A persistência de altos índices de trabalho informal, de subutilização da força de trabalho e de pessoas desalentadas, de outro lado, aponta para uma perda de qualidade nessa recuperação. À margem dessas duas tendências mais notórias da evolução recente do mercado de trabalho, há outro dado mais preocupante. Um número muito grande de brasileiros busca uma ocupação há muito tempo, mas não a encontra. Mantém-se muito alta a taxa de desemprego de longo prazo. É uma espécie de doença estrutural do mercado de trabalho que o País não tem conseguido combater.

Nota técnica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, elaborada em agosto do ano passado, mostra que os desempregados de longo prazo representavam 1,2% da força de trabalho em 2014 e atingiram 3,2% em 2019. O grupo é formado predominantemente por mulheres, jovens e com ensino médio completo.

Além de ser fonte de um problema humanitário sintetizado no fato de uma pessoa em idade de trabalhar e apta para ter uma ocupação não ter a possibilidade de auferir renda para si e para sua família, o desemprego de longo prazo tem consequências econômicas de peso. Quanto mais tempo uma pessoa fica desempregada, maior será a perda de capital humano, pois habilidades e capacidade para aprendizado de tarefas novas podem ser perdidas e menores serão as chances de sua recolocação no mercado.

(<https://opinio.estado.com.br>. Adaptado)

02. Em relação às pessoas que procuram emprego e não encontram, o editorial enfatiza em sua análise que elas

- (A) recuperam rápido a capacidade para aprender tarefas novas.
- (B) possuem condições de recolocação imediata no mercado.
- (C) vivenciam a tenacidade do desemprego de longo prazo.
- (D) conseguem ganhos melhores em atividades informais.
- (E) fazem parte agora das tendências de evolução do mercado.

03. De acordo com a nota técnica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, conclui-se corretamente que houve

- (A) uma redução do desemprego de mulheres, jovens e com ensino médio completo.
- (B) um aumento do desemprego de longo prazo que não afetou os homens.
- (C) uma qualificação melhor das pessoas que, por isso, saíram do desemprego.
- (D) um aumento do contingente de desempregados de longo prazo no país.
- (E) uma redução do desemprego com ação incisiva das autoridades governamentais.

04. Considere as passagens do texto:

- À margem dessas duas tendências mais **notórias** da evolução recente do mercado de trabalho...
- Além de ser fonte de um problema humanitário **sintetizado** no fato de uma pessoa em idade de trabalhar e apta para ter uma ocupação não ter a possibilidade de **auferir** renda para si e para sua família...

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) importantes; relativo; dispor.
- (B) evidentes; resumido; conseguir.
- (C) combatidas; constante; querer.
- (D) manifestas; exemplificado; perder.
- (E) debatidas; indicado; economizar.

05. Considere o início do primeiro parágrafo:

A redução contínua da taxa de desemprego e a recuperação persistente da renda real média obtida pelas pessoas ocupadas são os indicadores mais marcantes da melhora notável do mercado de trabalho nos últimos meses. **A persistência de altos índices de trabalho informal, de subutilização da força de trabalho e de pessoas desalentadas, de outro lado, aponta para uma perda de qualidade nessa recuperação.**

A relação de sentido que a parte destacada estabelece com a que a antecede é de

- (A) causa.
- (B) conclusão.
- (C) consequência.
- (D) semelhança.
- (E) contraposição.

06. No Brasil, o índice de desempregados de longo prazo chegou ____ 3,2% em 2019. Esse é um dado ____ que se refere ____ nota técnica da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia. Há que se considerar que o país precisa dar assistência ____ pessoas nessa situação, evitando ____ perda de capital humano.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) a ... a ... a ... às ... a
- (B) à ... à ... a ... a ... à
- (C) a ... a ... à ... as ... a
- (D) à ... a ... a ... a ... à
- (E) a ... à ... a ... às ... a

07. Em conformidade com a norma-padrão de regência, nas passagens – É uma espécie de doença estrutural do mercado de trabalho **que o País não tem conseguido combater.** – e – ... e apta **para ter uma ocupação...** –, as sequências destacadas podem ser substituídas, respectivamente, por:

- (A) em que o país não tem conseguido se desvencilhar / com ter uma ocupação.
- (B) que o país não tem conseguido conviver / de ter uma ocupação.
- (C) para que o país não tem conseguido eliminar / em ter uma ocupação.
- (D) de que o país não tem conseguido fugir / a ter uma ocupação.
- (E) a que o país não tem conseguido se habituar / ante ter uma ocupação.

Leia o texto para responder às questões de números 08 a 10.

Contratempos do tempo

As coisas que para nós se passam em câmera lenta, numa vida inteira, os Anjos as veem em ritmo acelerado. E com certeza mal contêm o riso, como nós agora diante dos primeiros jornais cinematográficos: **oh! aquelas paradas elétricas, aqueles enterros epiléticos, aqueles ministros, e reis, e povo, agitando-se automaticamente como bonecos a quem deram corda...** Não, assim não há grandeza e dignidade possível. Toda a epopeia napoleônica transcorrida, digamos, em um só quarto de hora, seria de um cômico e de um absurdo irresistíveis.

E as nossas vidas então, já por si tão ridículas?

(Mário Quintana. *Da preguiça como método de trabalho*)

08. No texto, o ponto de vista do narrador é de que

- (A) a grandeza da História precisa ser registrada pelas câmeras.
- (B) a vida pela ótica das câmeras se torna ainda mais ridícula.
- (C) a sensibilidade humana se potencializa com o ritmo acelerado.
- (D) a câmera resgata a essência espiritual dos seres humanos.
- (E) a comicidade advém das coisas que se passam em câmera lenta.

09. No trecho destacado do texto, as vírgulas e as conjunções “e” e da conjunção “como” estão empregadas, para

- (A) separar elementos em uma sequência; estabelecer relação de adição e de comparação.
- (B) isolar expressões de sentidos opostos; estabelecer relação de consequência e de comparação.
- (C) separar elementos em uma sequência; estabelecer relação de explicação e concessão.
- (D) realçar as ideias expressas em uma frase; estabelecer relação de consequência e conformidade.
- (E) isolar expressões de sentidos opostos; estabelecer relação de adição e de concessão.

10. Assinale a alternativa em que a colocação pronominal está de acordo com a norma-padrão.

- (A) Se passam muitas coisas em câmera lenta para nós. Os Anjos, por sua vez, veem-nas em ritmo acelerado.
- (B) Nos jornais cinematográficos, parece que as pessoas agitam-se como se alguém tivesse dado-lhes corda.
- (C) Tudo que sabe-se da epopeia napoleônica certamente revestiria-se de um cômico e de um absurdo irresistíveis.
- (D) Não vislumbram-se grandeza e dignidade possível, quando vê-se o agito automático de coisas como bonecos.
- (E) Divertem-se os Anjos com o transcorrer da vida humana, porque evidentemente o veem como cômico e absurdo.

11. Do total de documentos a serem analisados, a quinta parte foi analisada por Carla no dia de ontem, a quarta parte do restante foi analisada por Elias no dia de hoje, e cada metade dos documentos não analisados ontem e hoje serão analisados por Rodrigo e Cintia, amanhã. Sendo assim, é correto afirmar que
- (A) Carla analisou mais documentos do que os que serão analisados por Rodrigo.
 - (B) Elias analisou mais documentos do que os que serão analisados por Cintia.
 - (C) Rodrigo analisará a mesma quantidade de documentos que foi analisada por Elias.
 - (D) Cintia analisará a mesma quantidade de documentos que foi analisada por Carla.
 - (E) Cintia e Rodrigo analisarão mais documentos do que os que foram analisados por Carla e Elias.
12. A média aritmética simples de três orçamentos para o mesmo serviço é de R\$ 860,00. Tomando-se apenas os orçamentos de valores mais alto e mais baixo, a média aritmética simples é de R\$ 880,00. Logo, o valor do terceiro orçamento está compreendido entre
- (A) R\$ 795,00 e R\$ 805,00.
 - (B) R\$ 805,00 e R\$ 815,00.
 - (C) R\$ 815,00 e R\$ 825,00.
 - (D) R\$ 825,00 e R\$ 835,00.
 - (E) R\$ 835,00 e R\$ 845,00.
13. Uma máquina A trabalha por 4 dias seguidos, ininterruptamente, e fica o dia seguinte desligada para manutenção, voltando a trabalhar no dia seguinte à manutenção, mantendo esse ciclo de trabalho e manutenção, de forma contínua. Da mesma maneira, uma máquina B trabalha por 5 dias seguidos, e fica o dia seguinte desligada para manutenção. No primeiro dia de 2023, um domingo, ambas as máquinas estavam paradas para manutenção. Isso significa que, em março de 2023, o dia em que ambas as máquinas estiverem paradas para a manutenção será uma
- (A) segunda-feira.
 - (B) terça-feira.
 - (C) quarta-feira.
 - (D) quinta-feira.
 - (E) sexta-feira.

14. Em uma empresa de grande porte, composta por uma matriz e uma filial, será feita uma grande admissão de funcionários: 150 funcionários para trabalharem na matriz e 60 funcionários para trabalharem na filial. Para a primeira semana de treinamento, todos esses novos funcionários serão divididos em grupos, todos contendo a mesma quantidade de funcionários, sendo que cada grupo terá x funcionários que trabalharão na matriz e y funcionários que trabalharão na filial. Se a quantidade de funcionários nos grupos tem que ser a menor possível, então, em cada grupo, a diferença $x - y$ será igual a

(A) 2.

(B) 3.

(C) 4.

(D) 5.

(E) 6.

15. Um terreno retangular, com o comprimento 5 m maior que a largura, tem valor venal de R\$ 600.000,00. Sabendo que o valor por m^2 considerado para o cálculo do valor venal é de R\$ 1.200,00, é correto afirmar que a largura do terreno corresponde, do comprimento, a:

(A) $\frac{13}{20}$

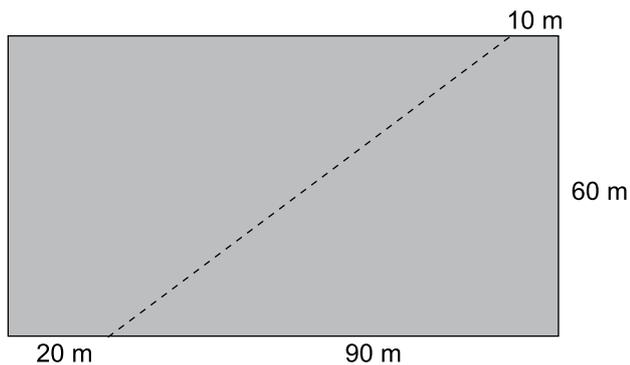
(B) $\frac{7}{10}$

(C) $\frac{3}{4}$

(D) $\frac{4}{5}$

(E) $\frac{17}{20}$

16. A figura representa um terreno, inicialmente no formato retangular, que, devido a uma partilha de bens, precisará ser desmembrado em duas partes, em formato de trapézios. A linha pontilhada indica a divisão a ser feita:



Das partes desmembradas, a que contém a maior área deverá ter perímetro de

- (A) 280 m.
 - (B) 270 m.
 - (C) 260 m.
 - (D) 250 m.
 - (E) 240 m.
17. Uma peça em metal maciço tem o formato de pirâmide reta, com altura de 20 cm e base no formato de losango, com diagonais medindo 10 cm e 12 cm. Seu valor comercial está associado ao volume do metal utilizado na sua fabricação, sendo cada cm^3 do referido material comercializado a R\$ 1,50. Sendo assim, o valor comercial desta peça é de
- (A) R\$ 400,00.
 - (B) R\$ 600,00.
 - (C) R\$ 900,00.
 - (D) R\$ 1.200,00.
 - (E) R\$ 1.800,00.

18. Considere a tabela a seguir, disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contendo dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do ano de 2020:

Distribuição dos Municípios, total e com algum programa que concede o benefício do aluguel social, segundo as classes de tamanho da população dos municípios – 2020

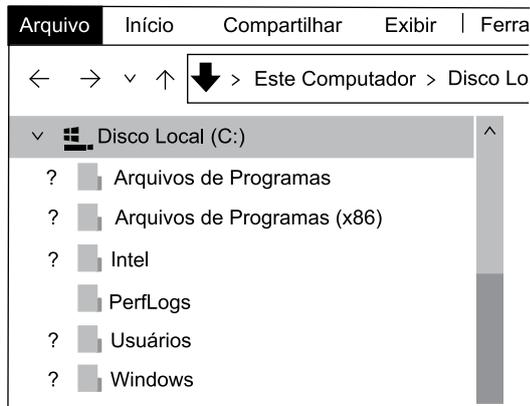
Classes de tamanho da população dos municípios	Total de Municípios	Municípios com algum programa que concede o benefício do aluguel social
Brasil	100%	55,1%
Até 5 000	22,4%	9,7%
De 5 001 a 10 000	21,5%	10,5%
De 10 001 a 20 000	23,9%	13,5%
De 20 001 a 50 000	20,0%	12,4%
De 50 001 a 100 000	6,3%	4,5%
De 100 001 a 500 000	5,0%	3,8%
Mais de 500 000	0,9%	0,7%

(IBGE. Adaptado)

Considerando-se que, em 2020, o Brasil tinha 5 570 municípios, o número total de municípios com tamanho da população acima de 50 000 habitantes, sem programa que concede o benefício do aluguel social era maior que

- (A) 170 e menor que 180.
(B) 180 e menor que 190.
(C) 190 e menor que 200.
(D) 200 e menor que 210.
(E) 210 e menor que 220.
19. Faz-se necessário comprar dois produtos, sendo 40 unidades de um produto x e 60 unidades de um produto y. Em uma representante A destes produtos, o custo total da compra fica em R\$ 20.400,00, sendo que, comprando-se apenas uma unidade de cada produto, paga-se R\$ 395,00. No representante B, em que o custo unitário do produto x é R\$ 5,00 maior e o custo unitário do produto y é R\$ 10,00 menor, em relação aos custos unitários no representante A, o custo total da compra é de
- (A) R\$ 19.200,00.
(B) R\$ 19.400,00.
(C) R\$ 19.600,00.
(D) R\$ 19.800,00.
(E) R\$ 20.000,00.
20. Sobre o preço de venda de determinado produto, praticado em agosto do ano passado, foi aplicado um aumento de 20% e, uma semana após o aumento, foi dado um desconto de 10% sobre o novo valor. Depois do desconto, o preço de venda do produto passou a ser de R\$ 162,00. O desconto aplicado de 10% correspondeu a
- (A) R\$ 17,20.
(B) R\$ 17,40.
(C) R\$ 17,60.
(D) R\$ 17,80.
(E) R\$ 18,00.

21. A imagem a seguir mostra o canto superior esquerdo da tela do programa Explorador de Arquivos, integrante do MS-Windows 10 em sua configuração padrão, que está sendo utilizado por um usuário para visualizar o conteúdo do disco rígido de seu computador:



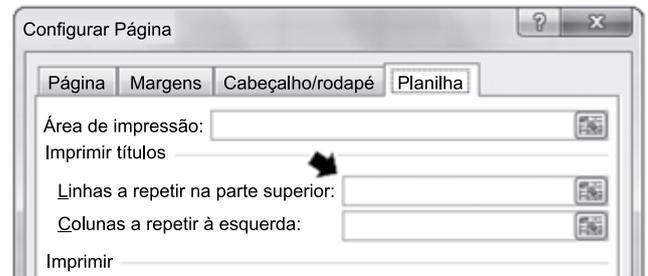
Clicando com o mouse sobre as pastas que possuem um caractere especial precedendo seu nome, exatamente nas posições indicadas pelo sinal de interrogação (?), esse usuário percebeu que essas pastas, além de arquivos, também possuíam outras pastas internamente. Esse caractere especial é o

- (A) >.
- (B) +.
- (C) #.
- (D) @.
- (E) %.

22. Um usuário do MS-Word 2016, em sua configuração padrão, deseja agrupar vários documentos no formato .docx em um único arquivo. Como os arquivos originais são muito extensos, ele decide realizar a operação a partir de um documento em branco, utilizando os recursos do próprio programa. Tais recursos podem ser ativados por intermédio da seleção da opção **Texto do Arquivo**, que é apresentada a partir de um clique de mouse nas opções do ícone **Objeto** do grupo **Texto**. Grupo esse que pertence à guia

- (A) Arquivo.
- (B) Página Inicial.
- (C) Inserir.
- (D) Revisão.
- (E) Exibição.

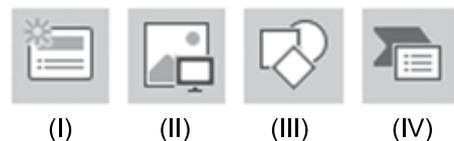
23. Um Auditor Fiscal deseja imprimir uma planilha que está sendo elaborada com o programa MS-Excel 2016, em sua configuração padrão. Sabendo que a impressão vai ocupar 5 folhas de papel e que essas folhas vão conter todas as 8 colunas dessa planilha, o Auditor decide configurar a impressão para que as informações de suas 2 primeiras linhas, contendo os rótulos das colunas, sejam repetidas em cada página impressa. Para tanto, ele clica no ícone **Imprimir Títulos** da guia **Layout de Página** para abrir a caixa de diálogo reproduzida parcialmente a seguir:



A referência às duas linhas, que contêm os rótulos das colunas, a ser inserida na caixa **Linhas a repetir na parte superior**, indicada pela seta, deve ser

- (A) L1:C8.
- (B) L2:P5.
- (C) @2:@5.
- (D) \$1:\$1.
- (E) \$1:\$2.

24. Os ícones da figura a seguir pertencem à guia **Inserir** do programa MS-PowerPoint 2016, em sua configuração padrão.



Assinale a alternativa que contém, respectivamente, os nomes corretos de cada um desses ícones.

- (A) (I) Animação, (II) Layout, (III) Composição e (IV) ClipArt.
- (B) (I) Novo Slide, (II) Imagens, (III) Formas e (IV) Transição.
- (C) (I) Apresentação, (II) Layout, (III) Desenho e (IV) SmartArt.
- (D) (I) Novo Slide, (II) Imagens, (III) Formas e (IV) SmartArt.
- (E) (I) Animação, (II) Paisagem, (III) Desenho e (IV) ClipArt.

25. Para acessar o site da prefeitura de seu município, um cidadão digitou o seguinte endereço no campo apropriado de seu navegador Google Chrome, em sua configuração padrão:

municipio.jaguariuna.sp.gov.br

Assinale a alternativa que contém a sigla que identifica genericamente um endereço eletrônico como o mostrado acima e que permite a um site ser encontrado na *World Wide Web*.

- (A) XML.
- (B) URL.
- (C) OSI.
- (D) NFS.
- (E) FTP.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MATEMÁTICA FINANCEIRA

26. A taxa mensal equivalente a 34,49% ao ano corresponde a:

- (A) 1,22%
- (B) 2,50%
- (C) 3,25%
- (D) 1,31%
- (E) 2,42%

27. Uma empresa descontou uma duplicata no valor de \$3.000,00, com 4 meses a decorrer até seu vencimento. Sabendo que a taxa de desconto cobrado pelo banco é de 5% ao mês, o valor do desconto racional foi de:

- (A) \$155,00
- (B) \$157,00
- (C) \$300,00
- (D) \$500,00
- (E) \$580,00

FINANÇAS PÚBLICAS

28. Uma das funções do governo é contrabalançar os princípios da equidade e eficiência de forma a não criar incentivos perversos para os recipientes ou financiadores de políticas sociais. Trata-se da função

- (A) alocativa.
- (B) social.
- (C) equitativa.
- (D) distributiva.
- (E) estabilizadora.

29. Integram a Dívida Ativa não Tributária os créditos da fazenda pública provenientes de

- (A) não recolhimento da parcela do ICMS.
- (B) atraso nas parcelas pertinentes a tributos municipais.
- (C) títulos públicos não recolhidos pelos agentes financeiros.
- (D) multas por descumprimento de obrigação legal relativa a tributos.
- (E) empréstimos compulsórios.

30. Um dos conceitos mais utilizados na gestão financeira e orçamentária pública, presente na LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) é o de Receita Corrente Líquida (RCL). Para efeito de apuração dos limites legais das despesas orçamentárias municipais, considera-se receita corrente líquida

- (A) a receita corrente total, menos as transferências constitucionais, a contribuição de servidores para o custeio de sistema de previdência e assistência e as compensações referentes à Lei Haully.
- (B) a receita corrente total, menos contribuições ao regime próprio de previdência e assistência social, além das compensações relativas à Lei Haully.
- (C) a receita corrente total, menos os valores pagos e recebidos em função da Lei Complementar nº 87 (Lei Kandir) e os valores pagos e recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF.
- (D) a receita corrente total, menos transferências constitucionais.
- (E) a receita corrente bruta, menos transferências a fundações de apoio à pesquisa.

DIREITO CIVIL

31. Um imóvel urbano, localizado na Rua X, nº 1, não era habitado ou possuído por ninguém. Referido imóvel era motivo de grandes transtornos aos seus vizinhos, tendo em vista que a falta de limpeza ocasionou uma infestação de ratos e insetos na rua. Após receber várias reclamações dos vizinhos, a Municipalidade constatou que, além do imóvel não ser habitado ou possuído por qualquer pessoa, o proprietário deixou de satisfazer os ônus fiscais há mais três anos. Tendo em vista o caso hipotético, assinale a alternativa correta.
- (A) Presume-se de modo absoluto que o proprietário abandonou o imóvel, podendo este ser arrecadado como bem vago e, após três anos, passar à propriedade do Município.
- (B) Presume-se de modo relativo que o proprietário abandonou o imóvel, podendo este ser arrecadado como bem vago e, após três anos, passar à propriedade do Município.
- (C) Presume-se de modo relativo que o proprietário abandonou o imóvel, podendo este ser arrecadado como bem vago e, após cinco anos, passar à propriedade do Município.
- (D) Presume-se de modo absoluto que o proprietário abandonou o imóvel, podendo este ser arrecadado como bem vago e, após cinco anos, passar à propriedade do Município.
- (E) Presume-se de modo relativo que o proprietário abandonou o imóvel, podendo este ser arrecadado como bem vago e, após dez anos, passar à propriedade do Município.
32. Tendo em vista as disposições gerais que regulam o inadimplemento das obrigações, pode-se corretamente afirmar que
- (A) não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, acrescidos de juros ou atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado, se houver previsão contratual.
- (B) nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia em que executou o ato de que se devia abster.
- (C) pelo inadimplemento respondem todos os bens do devedor adquiridos após o início da relação jurídica que fundamenta a obrigação inadimplida.
- (D) nos contratos benéficos responde por dolo o contratante, a quem o contrato aproveite, e por simples culpa aquele a quem não favoreça.
- (E) o devedor sempre responde pelos prejuízos decorrentes de caso fortuito ou força maior, salvo se expressamente não houver por eles responsabilizado.

DIREITO PENAL

33. É causa de extinção da punibilidade, nos termos do art. 107 do CP:
- (A) absolvição.
- (B) menoridade.
- (C) perdão judicial.
- (D) inimputabilidade.
- (E) casamento do ofensor com a vítima.
34. Imagine que Auditor Fiscal, ao notificar determinado contribuinte, exige tributo que deveria saber indevido. Referida conduta
- (A) não constitui crime por ausência de dolo.
- (B) configura crime de peculato.
- (C) configura crime de prevaricação.
- (D) configura crime de excesso de exação.
- (E) configura crime contra a Ordem Tributária.

DIREITO TRIBUTÁRIO

35. São tributos de competência da União, dos Estados e dos municípios brasileiros, respectivamente,
- (A) Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto Sobre Veículos Automotores (IPVA).
- (B) Imposto de Renda (IR), Taxa da Iluminação Pública e Imposto Sobre Serviços (ISS).
- (C) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD).
- (D) Imposto de Renda (IR), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e Taxa de Alvará de Funcionamento.
- (E) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD) e Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

36. De acordo com o Código Tributário Nacional, é correto afirmar que

- (A) as contribuições de melhoria municipais têm como fato gerador a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.
- (B) do Fundo de Participação dos Municípios, cabem 10% (dez por cento) aos municípios das capitais dos estados e 90% (noventa por cento) aos demais municípios.
- (C) em determinados casos, os municípios podem estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão da sua procedência ou do seu destino.
- (D) as taxas municipais são instituídas para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- (E) cabem aos municípios o encargo de arrecadar os impostos de competência da União e dos Estados cujo produto lhes seja distribuído no todo ou em parte.

DIREITO CONSTITUCIONAL

37. No tocante à aposentadoria de servidores com deficiência, a Constituição Federal estabelece que

- (A) não poderá haver diferença na sua concessão em relação aos demais servidores, em respeito ao princípio da isonomia que deve prevalecer no serviço público.
- (B) poderão ser estabelecidos por lei ordinária do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para a sua concessão.
- (C) poderá ser diferenciada na sua concessão, mediante lei autorizadora, sendo vedada a exigência de qualquer tipo de avaliação para confirmação da deficiência do servidor.
- (D) poderá ser concedida de forma diferenciada, mas o servidor deverá ser previamente submetido à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- (E) poderá ser obtida com tempo de contribuição reduzido, mediante avaliação a ser feita por meio de perícia, mas o tempo mínimo de idade não poderá ser diferente dos demais servidores.

38. No tocante ao controle de constitucionalidade de leis municipais, o direito brasileiro estabelece que

- (A) pode ser efetivado, no controle concentrado, por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, cuja decisão terá efeitos vinculante e *erga omnes*.
- (B) é admissível o controle da norma municipal, com efeitos *erga omnes*, por intermédio da arguição de descumprimento de preceito fundamental perante o Supremo Tribunal Federal.
- (C) a forma de controle concentrado da norma municipal é por meio de uma ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça, cuja decisão terá efeito vinculante perante os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- (D) não é admissível o controle de constitucionalidade concentrado de norma municipal, sendo possível apenas o controle difuso, seja perante o Tribunal de Justiça, seja perante o Supremo Tribunal Federal.
- (E) o controle de norma municipal, em controle abstrato, pode ser realizado por meio da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

39. Suponha que o município de Jaguariúna tenha finalizado um procedimento licitatório e convocado o licitante vencedor para assinar o respectivo termo de contrato. Todavia, o convocado não compareceu no prazo estabelecido para a devida assinatura.

Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei de Licitações e Contratos, é correto afirmar que

- (A) será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- (B) a Administração deverá convocar os licitantes remanescentes para negociação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.
- (C) deverá a Administração adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- (D) a Administração deverá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo novo licitante convocado.
- (E) a Administração deverá revogar a respectiva licitação e abrir novo procedimento licitatório nas mesmas condições do anterior.

40. Assinale a alternativa correta a respeito das organizações sociais.

- (A) O contrato de gestão deve ser submetido, após aprovação pelo Conselho de Administração da entidade, ao Ministério Público ou autoridade supervisora da área correspondente à atividade fomentada.
- (B) Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de irregularidade ou ilegalidade cometida por organização social, dela darão ciência ao Poder Judiciário.
- (C) Quando houver indícios fundados de malversação de recursos de origem pública por organização social, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público para que requeira a decretação da prisão dos seus dirigentes.
- (D) As organizações sociais são declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais, e poderão receber recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.
- (E) É facultado ao Poder Executivo a cessão de servidor para as organizações sociais, com ônus para a origem, sendo direito do servidor incorporar aos seus vencimentos eventual vantagem pecuniária que vier a ser paga pela organização social.

CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

41. Segundo as normas brasileiras de contabilidade, o ciclo operacional da entidade é o tempo entre a aquisição de ativos para processamento e sua realização em caixa ou seus equivalentes. Quando o ciclo operacional normal da entidade não for claramente identificável, pressupõe-se que sua duração seja

- (A) 3 meses.
- (B) 6 meses.
- (C) 12 meses.
- (D) em duração superior à maturação de seu ciclo de produção.
- (E) na medida que as contas a receber e as contas a pagar se renovem em 100%.

42. Uma indústria de alimentos necessita calcular a movimentação de seus custos, que ocorreu em um determinado e hipotético exercício. Para tanto, o contador e o analista de custos obtiveram as informações descritas a seguir.

Movimentação dos estoques	Reais
Matéria prima:	
Estoques iniciais em 01/01/2022	1.320.000,00
Compras líquidas ocorridas no exercício	870.000,00
Estoques finais em 31/12/2022	1.080.000,00
Produto em processo	
Estoques iniciais em 01/01/2022	990.000,00
Adições ocorridas no exercício	1.110.000,00
Custos com mão de obra direta	510.000,00
Gastos geral de fabricação	156.000,00
Estoques finais em 31/12/2022	468.000,00
Produto Acabado	
Estoques iniciais em 01/01/2022	2.730.000,00
Adição no período	2.298.000,00
Estoques finais em 31/12/2022	990.000,00

Com base nessas informações, assinale a alternativa que contenha o valor, em Reais, dos **custos do produto vendido** naquele exercício. Não há incidência de impostos na operação.

- (A) 1.110.000
- (B) 1.632.000
- (C) 2.298.000
- (D) 3.583.000
- (E) 4.038.000

43. Uma determinada empresa de investimentos adquiriu 70% da empresa A em 01/01/2021, sendo que tal investimento é considerado relevante e a empresa detém o controle administrativo dela. Em 31 de dezembro de 2021, a empresa A apresentou os seguintes valores finais em seu patrimônio líquido:

	Reais
Capital Social	350.000,00
Reserva capital	740.000,00
Lucro do exercício em 31/12/2021	<u>550.000,00</u>
Total do Patrimônio Líquido – FINAL	1.640.000,00

Com base nessas informações, assinale a alternativa que apresenta o valor do referido investimento em 31/12/2021, considerando a informação de que a empresa A pagou, antecipadamente, um dividendo de R\$ 200.000,00 para sua controladora.

- (A) R\$ 385.000
- (B) R\$ 550.000
- (C) R\$ 948.000
- (D) R\$ 1.148.000
- (E) R\$ 1.640.000

44. Indique o valor que deverá ser contabilizado como uma provisão para contingências, no balanço patrimonial, tendo em vista as informações sobre os processos tributários e os seus respectivos riscos classificados pela área jurídica da empresa, como segue:

Relação de processos tributários:

Risco de perda	Valor estimado em reais
Perda Provável	6.172.500,00
Perda Possível	4.250.000,00
Perda Remota	7.502.500,00

- (A) R\$ 4.250.000
- (B) R\$ 6.172.500
- (C) R\$ 7.502.000
- (D) R\$ 10.422.500
- (E) R\$ 17.925.000

45. Com base nas informações do hipotético balancete de verificação a seguir, apresentado pela empresa XPTO Ltda. em 31/12/2021, assinale a alternativa que contenha o valor, em Reais, do lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

Balancete contábil em 31/13/2021	
Descrição da conta contábil	Reais
Ajuste de avaliação patrimonial	(210.000,00)
Ativos intangíveis	210.000,00
Caixa e bancos	606.900,00
Capital	(420.000,00)
Contas a pagar de longo prazo	(27.300,00)
Contas a receber de clientes	978.600,00
Custos dos Serviços Prestados	7.364.000,00
Demais contas a receber	84.000,00
Depreciação acumulada	(378.000,00)
Despesas administrativas, tributárias e gerais	1.155.000,00
Despesas de vendas	504.000,00
Despesas financeiras	147.000,00
Empréstimos e financiamentos	(735.000,00)
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	(201.600,00)
Fornecedores	(558.600,00)
Imobilizado	1.680.000,00
Despesa com Imposto de renda e contribuição social	327.600,00
Impostos a recolher	(264.600,00)
Impostos sobre vendas	2.226.000,00
Mútuos a receber com empresas ligadas de LP	126.000,00
Outras contas a pagar	(29.400,00)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(96.600,00)
Receitas de vendas	(12.320.000,00)
Reservas de capital	(126.000,00)
Salários a pagar	(168.000,00)
Títulos a receber de LP	126.000,00

- (A) R\$ 596.400
- (B) R\$ 767.400
- (C) R\$ 924.000
- (D) R\$ 1.071.000
- (E) R\$ 2.730.000

AUDITORIA

46. De acordo com as normas de auditoria e de forma prática, a evidência de auditoria é mais confiável quando é obtida de fontes independentes externas à entidade, no caso uma confirmação externa, conhecida também como carta de circularização. Esse procedimento de auditoria é fundamental para a confirmação de determinados saldos contábeis apresentados no balanço de uma entidade. Nesse caso, a confirmação externa ou a circularização, como procedimento de auditoria, é aplicável para a seguinte rubrica das demonstrações contábeis, verdadeiramente:
- (A) Caixa.
 - (B) Despesas antecipadas.
 - (C) Capital.
 - (D) Custos.
 - (E) Contingência tributárias.
47. No contexto do planejamento de auditoria, o auditor necessita determinar a materialidade da auditoria. Nesse contexto, é correto afirmar que
- (A) a materialidade é aplicada pelo auditor na execução da auditoria, objetivando, tão somente, a seleção de testes de auditoria.
 - (B) ao planejar a auditoria, o auditor não pode exercer julgamento sobre as distorções que são consideradas relevantes, principalmente porque esses julgamentos fornecem a base para determinar a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco. Portanto, tal procedimento deverá ser matemático.
 - (C) o auditor deve determinar a materialidade para execução da auditoria com o objetivo de avaliar os riscos de distorções relevantes e determinar a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
 - (D) distorções, incluindo comissões, são consideradas imateriais quando for razoavelmente esperado que essas possam, individualmente ou em conjunto, influenciar as decisões econômicas de usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis.
 - (E) o objetivo do auditor é aplicar o conceito de materialidade adequadamente no fechamento da execução da auditoria, por ocasião da preparação de seu relatório.
48. O auditor independente, ao analisar informações da empresa sob sua auditoria com informações de entidades do mesmo setor de atividade, como a comparação entre índices de vendas e contas a receber com as médias do setor ou com outras entidades de porte comparável do mesmo setor, estará realizando:
- (A) procedimentos analíticos de auditoria.
 - (B) teste essencialmente subjetivos.
 - (C) avaliação dos controles internos gerenciais da entidade.
 - (D) captação de informações para inclusão em seu relatório de auditoria.
 - (E) verificação de a *performance* da empresa em comparação ao mercado que ela atua, para identificar eventual ineficiência operacional.
49. Um auditor independente foi contratado para uma auditoria de demonstração financeira de uma indústria que nunca sofreu uma auditoria anteriormente. Portanto, considerando que se trata de uma auditoria de primeiro ano, ou inicial, o auditor deverá:
- (A) obter uma carta de representação da administração, atestando quanto à lisura dos saldos patrimoniais acumulados do ano anterior.
 - (B) certificar-se de que os saldos iniciais serão ajustados para se iniciar a auditoria do ano corrente.
 - (C) fazer nada, uma vez que o escopo de seu trabalho está relacionado às demonstrações financeiras do exercício corrente.
 - (D) obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para saber se os saldos iniciais contêm distorções que afetam de forma relevante as demonstrações contábeis do período corrente.
 - (E) apenas reportar à alta administração, responsável pela governança, que seu trabalho não incluiu qualquer responsabilidade sobre eventuais distorções relevantes naquele exercício.

- 50.** Considere que Paulo é servidor público do Município de Jaguariúna há quinze anos, exerce sua função no âmbito da Secretaria da Fazenda e sempre cumpriu devidamente seus deveres funcionais. No entanto, com abuso de poder, no dia 25 de novembro de 2022, ele cometeu uma infração disciplinar de natureza gravíssima. Com base na situação hipotética e no disposto no Estatuto dos Servidores do Município de Jaguariúna, é correto afirmar que:
- (A) como é a primeira vez em quinze anos que Paulo comete uma infração disciplinar, a ele deve ser aplicada a pena de suspensão, de 31 (trinta e um) a 90 (noventa) dias.
 - (B) Paulo deverá ser demitido, pois a infração foi cometida com abuso de poder, e o ato administrativo de desligamento deve ser praticado pelo Secretário de Fazenda.
 - (C) a inexistência de antecedentes funcionais de Paulo não influencia na dosimetria das sanções disciplinares.
 - (D) é cabível a aplicação da sanção de demissão, e a atuação do Prefeito Municipal para efeitos da aplicação da referida sanção disciplinar limitar-se-á à prática do ato administrativo de desligamento.
 - (E) cometer infração com abuso de poder não se inclui entre as circunstâncias agravantes expressamente previstas na legislação.

